



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
29 de setembro
de 2020

ESMP promove webinar sobre Investigações em ambientes cibernéticos

Com o objetivo de expandir o conhecimento sobre investigações em espaços virtuais, a Escola Superior do **Ministério Público** do **Maranhão** (ESMP) realiza o webinar Investigações em Ambientes Cibernéticos, na próxima segunda-feira, 28, às 15h.

O palestrante será o professor José Anchieta Nery Neto, que também é delegado da Polícia Civil do Piauí.

Promovido com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), o seminário tem como público-alvo membros, servidores e estagiários do **MPMA**, além do público externo, mediante inscrição a ser realizada em ead.mpma.mp.br. A palestra também terá transmissão no canal da ESMP no YouTube.

Para o **promotor de justiça** Fernando Antônio Berniz Aragão, um dos coordenadores do **Gaeco** em São Luís, o tema do webinar é de extrema relevância para o âmbito do **Ministério Público**, devido à necessidade de competências específicas para investigar e identificar crimes no ambiente cibernético de forma satisfatória. Esse curso nos norteia acerca das cautelas necessárias para realizar uma investigação na rede, além das tecnologias que são utilizadas para a prática dos cibercrimes, disse.

Segundo o **promotor de justiça** Francisco Fernando Meneses Filho, que atua na coordenação do **Gaeco** na região de Timon, o webinar sobre crimes em ambientes cibernéticos surgiu da necessidade de expandir os conhecimentos relativos ao tema dentro do **Ministério Público**. O webinar vai servir de estímulo para estudo e aprofundamentos futuros sobre o assunto. É um incentivo para que a nossa instituição evolua nas investigações nessa área tecnológica, concluiu. (Jefferson Aires / CCOM-**MPMA**)

Site:

[https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/121/20200929\(1\).pdf](https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/121/20200929(1).pdf)

Corregedoria da Justiça regulamenta interdição de estabelecimentos penais

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJMA) regulamentou, em 24 de setembro, os procedimentos a serem adotados para a interdição administrativa de estabelecimentos penais que estiverem funcionando em condições inadequadas ou contrariando os dispositivos legais, no Estado, que possui uma população carcerária de aproximadamente 12 mil presos em 184 estabelecimentos penais. No Provimento nº 49/2020, a Corregedoria definiu procedimentos a serem seguidos, conforme a Lei de **Execução Penal** LEP (artigo 66, inciso VIII, da Lei 7.210/1984). De acordo com a LEP, o estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou infringindo os dispositivos legais pode ser interditado total ou parcial pelo Poder Judiciário. De acordo com o provimento, as interdições administrativas ostentam inúmeros e graves reflexos na gestão da situação carcerária do Estado, notadamente no que concerne à alocação dos presos em outros estabelecimentos penais e é necessário padronizar os procedimentos de interdição administrativa dos estabelecimentos penais do Estado do Maranhão. Compete ao magistrado, com competência para a execução penal, editar portaria de instauração do processo de interdição, total ou parcial, de estabelecimento penal que esteja funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos legais, assim como decretar a interdição, após o trâmite do processo e quando a medida se mostrar indispensável e inafastável, diz a norma.

DOCUMENTOS A portaria mencionada no provimento deverá ser encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça e à Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão UMF. A portaria deverá ser acompanhada dos seguintes documentos: relatório de inspeção detalhado, com informações sobre o caráter da interdição, se definitivo ou provisório, se a unidade prisional continuará a receber presos provisórios ou definitivos, e o quantitativo do número de presos definitivos, provisórios e por gênero; relatório de inspeção detalhado realizado pela Vigilância Sanitária, onde houver, acerca das condições sanitárias e higiênicas do estabelecimento penal; relatório técnico detalhado confeccionado pelo Corpo de Bombeiros, onde houver, acerca das condições de segurança e estruturais do estabelecimento penal; fotografias do estabelecimento sobre as deficiências e precariedades e informação da autoridade do estabelecimento penal com a

indicação da lotação e da sua capacidade instalada.

REALOCAÇÃO A portaria em que for decretada a interdição do estabelecimento penal deverá indicar o estabelecimento penal para o qual serão transferidos os presos, caso decida pela realocação de parte ou total dos presos. Antes de decidir pela realocação dos presos, o juiz deverá solicitar informações à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, para que informe um estabelecimento penal, preferencialmente em cidade próxima, que tenha capacidade de receber os presos. No caso de remoção do preso para outro estabelecimento penal, o juiz comunica à família, ao **Ministério Público** e à defesa, sobre o local em que o interno se encontra custodiado. Caso o preso seja de outra unidade judicial, o juiz dessa comarca deverá ser informado, para que tome essa providência. A decisão que decretou a interdição deverá ser reavaliada pelo juiz da **execução penal**, a cada seis meses, quando deverá reavaliar a determinação, e emitir decisão fundamentada de manutenção ou suspensão.

CONCILIAÇÃO Ainda de acordo com o provimento, a Corregedoria Geral da Justiça poderá solicitar documentos, informações e a apresentação de um plano de ação pela Secretaria de Estado de Administração Prisional SEAP, assim como designar audiência de conciliação, que deverá contar com a participação de todos os envolvidos para debate das providências necessárias para regularização dos problemas que motivaram a instauração do procedimento de interdição da unidade prisional. Caso haja a conciliação, as ações e prazos deverão ficar consignados em termo assinado pelos envolvidos, e o procedimento de interdição será suspenso, só podendo ter prosseguimento se o acordado não for cumprido no prazo previsto. Não conseguida a conciliação ou não designada pela Corregedoria Geral da Justiça a audiência de conciliação, o procedimento de interdição prosseguirá, e o juiz deverá intimar o representante do Ministério Público para opinar pela conveniência da interdição, no prazo 10 dias e decidir á pela decretação, ou não, da interdição, de forma fundamentada; com o parecer do **Ministério Público**. Se decidir pela decretação da interdição, o juiz editará a portaria e encaminhar á à CGJ-MA e à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

Site:

[https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/121/20200929\(1\).pdf](https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/121/20200929(1).pdf)

SÃO LUÍS - Reunião de trabalho vai debater gerenciamento das instituições de acolhimento de idosos

Como parte da programação da Semana do Idoso, o **Ministério Público** do Maranhão promove, nesta terça-feira, 29, às 9h30, uma reunião de trabalho que terá como tema o "Gerenciamento de Riscos nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's)", a ser realizada no auditório da sede das Promotorias de Justiça da Capital, no Calhau.

Participarão da reunião o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e os titulares da 1ª e da 2ª Promotorias de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís, respectivamente, José Augusto Cutrim Gomes e Eliane Azor. Também foram convidados órgãos como o Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Defesa Civil, assim como as direções das próprias Instituições de Longa Permanência para Idosos, antigamente denominadas de asilos.

Na pauta do encontro, serão discutidas questões sobre a fiscalização das ILPIs, com enfoque na prevenção de riscos. Serão abordados ainda temas como a inscrição das instituições junto ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e a própria regularidade de funcionamento.

Segundo o **promotor de justiça** José Augusto Cutrim Gomes, a reunião vai buscar o entendimento entre todos os participantes a respeito do cumprimento das normas previstas no Estatuto do Idoso. "Vamos saber como estão os idosos, principalmente no que se refere à saúde deles; como são os protocolos de entrada; se eles estão com os vínculos familiares mantidos; qual é a situação financeira deles", informou.

O membro do **Ministério Público** acrescentou que também será observada a parte estrutural dos prédios, com o levantamento de informações sobre as condições de acessibilidade e mobilidade; se, em caso de incêndio, existem os pontos de fuga adequados e como os profissionais dessas instituições estão capacitados para lidar com os idosos abrigados.

De acordo com registros do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Maranhão (Cedima), em São Luís, existem atualmente sete ILPI's, que abrigam 107 idosos. São duas instituições governamentais, duas filantrópicas e três particulares.

ILPI's

Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania.

Em artigo das pesquisadoras Ana Amélia Camarano e Solange Kanso, publicado na Revista Brasileira de Estudos de População, em 2010, é esclarecido que a denominação Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) foi sugerida pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia como forma de expressar com mais fidelidade a ampliação das funções dessas casas.

"O envelhecimento da população e o aumento da sobrevivência de pessoas com redução da capacidade física, cognitiva e mental estão requerendo que os asilos deixem de fazer parte apenas da rede de assistência social e integrem a rede de assistência à saúde, ou seja, ofereçam algo mais que um abrigo", explicam as pesquisadoras.

PROGRAMAÇÃO

No período de 28 de setembro a 2 de outubro, está programada uma série de eventos em alusão à Semana do Idoso. No dia 1º de outubro, comemora-se o Dia Internacional do Idoso.

Veja a íntegra da programação organizada por instituições e órgãos vinculados à defesa dos **direitos dos idosos**:

Programação: 28 de setembro a 2 de outubro de 2020

Dia 28 de setembro

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Pessoa Idosa e as Eleições Municipais 2020

Convidados:

- Walquíria Alves - Ex-presidente do Conselho Estadual do Pará (Gestão 2009- 2011) e (Gestão 2016-2018)

- José Augusto Cutrim - **Promotor de justiça** titular da 16ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís

- Mediador: Glécio Sandro Leite Silva - Presidente do Cedima

- Organizador: Cedima

Dia 29 de setembro

Horário: 9h30

Atividade: presencial (respeitadas as orientações das medidas sanitárias)

Tema: Gerenciamento de risco nas ILPI's

Participantes: Convidados

Organizador: 16ª e 17ª Promotorias de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Sistema Prisional e a Pessoa Idosa

Convidados:

- Adriana Raquel - Assistente Social e Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a **Tortura** (MNPCT)

- Camila Portela - Supervisora de Ações para o Combate à **Tortura** de Secretaria de **Direitos Humanos** (Sedihpop)

- Mediador: Deborah Cartágenes - Conselheira Federal OAB/MA e vice-presidente do Cedima

- Organizador: Cedima

Dia 1º de outubro

Horário: 9h

Atividade: Evento presencial (respeitadas as orientações das medidas sanitárias)

Tema: "Valorizando quem Valoriza"

Participantes: Convidados

Organizador: Centro Integrado de Apoio e Prevenção a Violência contra a Pessoa Idosa /Defensoria Pública do Estado do Maranhão (CAPVI/DPE)

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (Estatuto do Idoso, Capítulo II)

Convidados:

- Francisco Gonçalves - secretário da Sedihpop

- Karla Giacomini - médica geriatra - coordenadora-geral da Frente Nacional de Apoio as ILPI's

- Mediador: Glécio Sandro Leite Silva - presidente do Cedima

- Organizador: Cedima e Sedihpop

Dia 2 de outubro

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Pessoa Idosa: Depressão, Ansiedade e Suicídio em Tempos de Pandemia.

Convidados:

- Prof. João de Deus Cabral Junior Psicólogo do Centro de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa de São Luís (CAISI) e do Professor da UFMA.

- Yara Portela - Médica Geriatra da ILPI Solar do Outono e Professora da UFMA

- Mediador: Deborah Jatahy

Organizador: Cedima e Sedihpop

ILPI - Solar do Outono: programação interna de 28 de setembro a 02 de outubro

Site: <https://omaranhense.com/sao-luis-reuniao-de-trabalho-vai-debater-gerenciamento-das-instituicoes-de-acolhimento-de-idosos/>

Seis pessoas mortas em menos de quatro anos na Av. Litorânea

Uma das importantes áreas de lazer e cartão-postal de São Luís, a Avenida Litorânea, é espaço de assassinatos. Seis pessoas já foram executadas nesse ponto da cidade, em menos de quatro anos. Um dos últimos casos ocorreu no domingo (25) durante o dia e, segundo a polícia, a vítima era líder de uma facção criminosa, identificada como João Francisco de Araújo Moraes, o Júnior Parceiro, de 27 anos. Ele levou mais de dez tiros. Nove faccionados foram levados para a sede da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), na Beira-Mar. A polícia também apreendeu armas de fogo e um veículo Ônix prata, com placas clonadas.

O delegado-geral da Polícia Civil, Armando Pacheco, declarou ontem, em entrevista à Rádio Mirante AM que João Francisco tinha assumido recentemente o comando de um grupo criminoso na região da Vila Vicente Fialho, o que gerou descontentamento aos grupos rivais. No domingo, ele teria sido reconhecido na Avenida Litorânea e foi executado.

Os militares, que estavam realizando incursões nessa localidade, prenderam em flagrante quatro suspeitos do crime, que estavam em um veículo Ônix prata, de placas clonadas. Em poder deles, apreenderam armas de fogo, inclusive, a usada no assassinato.

Também, durante esse cerco policial, foram presos cinco integrantes do bando, que era comandado pela vítima, e conduzidos para a SHPP.

Armando Pacheco disse que ainda no domingo o governador Flávio Dino se reuniu com a cúpula da Secretaria de **Segurança Pública** (SSP), no Palácio dos Leões, e ficou determinado que as operações na Grande Ilha continuassem e ampliadas, sem prazo para terminar, a fim de combater a onda de criminalidade proveniente da guerra de facções.

Filho de policial A Litorânea também foi o local da execução de Erick Cuba de Oliveira, de 19 anos, filho de um policial civil. De acordo com a polícia, o principal suspeito foi Luís Eduardo Correa Durans, de 23 anos. A vítima foi morta quando jogava bola na companhia de amigos.

O acusado fugiu em uma motocicleta vermelha e o corpo da vítima ficou caído no calçadão da Avenida Litorânea. Muitas pessoas, que estavam fazendo

caminhada ficaram assustadas e houve correria.

A polícia informou que em janeiro de 2018 houve uma briga entre a vítima e o acusado, em uma pizzaria localizada no bairro Anjo da Guarda.

Canto da Sereia No mês de abril de 2018, um grupo criminoso, composto por Andréa da Silva Ferreira, de 23 anos; Glaubert Ferreira Silva, o Kal, de 18 anos; Jorge Anderson Veloso, de 22 anos, e Ramon Façanha Gomes, de 22 anos, foi levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Segundo a polícia, esses criminosos foram presos suspeitos de terem roubado e matado a pauladas e facadas o economista Fernando Tadeu Costa da Silva, de 53 anos, na Avenida Litorânea, na noite do dia 23 de abril de 2018.

O delegado da Polícia Civil, Villamar Alves, informou que o economista foi vítima do "Canto da Sereia". Andréa da Silva é mulher de Jorge Anderson e conheceu a vítima, na Litorânea. Ela e a vítima trocaram número de celular e marcaram encontro na praia, no Calhau, para o dia seguinte.

No dia do assassinato, Fernando Tadeu se encontrou com a mulher e foi atacado pelos criminosos quando estava na beira da praia. Primeiramente, ele levou uma paulada na cabeça e logo depois, quatro golpes de faca, um deles no abdômen. A vítima ainda foi socorrida e levada para o Socorrão I, mas não resistiu. Após o crime, Andréa da Silva e Jorge Anderson foram presos, ainda na Litorânea, enquanto os outros suspeitos, no veículo da vítima, próximo à Lagoa da Jansen.

Mais ocorrências A polícia ainda registrou mais três homicídios na Litorânea em 2017. Uma das vítimas foi o funcionário do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), Ademar Moreira Gonçalves, de 36 anos. Ele foi assassinado a tiros no começo da noite do dia 14 de outubro e o autor do crime, segundo a polícia, foi um policial civil.

A vítima foi baleada nas costas e perdeu o controle do veículo Honda Civic, de placas MWU- 3445, colidindo com três veículos, e atropelando um pedestre, identificado como Alziro Abreu Costa.

As outras duas pessoas mortas nessa localidade

foram o agente penitenciário, Jorge Luís Lobo da Cunha, de 38 anos, no dia 9 julho, e o flanelinha conhecido como Caio, no dia 7 de junho daquele ano. Os casos ainda são investigados pela Polícia Civ

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/09/29>

/

Jovem executado na porta de casa, no bairro Paraná

A polícia ainda não conseguiu prender o executor de Vitor Lopes Brito, de 28 anos. De acordo com a polícia, a vítima foi morta na porta de sua residência, no Paraná I, em Paço do Lumiar, na noite do último (27). O crime teve a participação de faccionados.

A polícia informou que a vítima tinha ido à Vila Cafeteira, em São José de Ribamar, e quando chegava de volta em sua casa foi baleada por um homem, não identificado, que fugiu do local.

Guarnições da Polícia Militar realizaram rondas pela área, mas não conseguiram prender o acusado.

O caso está sendo investigado pela equipe da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP). Também foi assassinado a tiros Wanderson Augusto Ferreira Braga, de 21 anos, no sábado (26), na Cidade Olímpica. A motivação do crime não foi informada pela polícia.

Forças de segurança O secretário de **Segurança Pública**, Jefferson Portela, em companhia dos outros membros da força de segurança divulgaram ontem o resultado das operações Coroadinho Seguro, Parque Seguro, Ribamar Seguro, Presidente Dutra Seguro e Munique, que foram realizadas durante estes últimos dias. Um total de 70 prisões foram realizadas e apreendidas oito armas de fogo, cinco veículos, R\$ 215 mil e drogas durante esses cercos policiais.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/09/29>

/

Mais de 70 presos em operações contra facções criminosas no Maranhão

As operações especiais da polícia do Maranhão contra quadrilhas e disputas entre facções criminosas já prenderam somente na grande ilha 52 pessoas na Ilha de São Luís . Quatro líderes de quadrilhas foram presos nessas operações. Em São José de Ribamar foram 22 presos, 20 no Parque Jair, seis no Coroadinho e mais quatro em operação contra homicidas. Além disso, em Presidente Dutra, foram presas 18 pessoas. O secretário de **Segurança Pública** do Maranhão, Jefferson Portela, afirmou que a ordem é manter as operações na capital e nas cidades vizinhas. PG 9

Site:

https://banca.oimparcial.com.br/?_ga=2.160181173.960764260.1600341825-278424742.1600341825

70 presos em operações de segurança no estado

WALBER OLIVEIRA

Na tarde de ontem, segunda-feira (28), a Secretaria de **Segurança Pública** do Maranhão (SSP MA) apresentou os resultados das operações policiais realizadas nos últimos dias no Maranhão.

Estas operações têm o objetivo de combater as facções criminosas e reprimir os crimes que estão ocorrendo na região metropolitana de São Luís.

De acordo com o secretário de **Segurança Pública**, Jefferson Portela, houve uma coincidência de mortes no dia 24, última quinta-feira. Das 11 mortes registradas na capital maranhense, quatro foram relacionadas a confronto de facções criminosas, sendo as outras 7 mortes causadas por motivos interpessoais.

Ao total, desde o dia 18 foram 15 homicídios registrados, sendo 7 deles provenientes de confronto de facções.

Ainda segundo o secretário, a coincidência dos homicídios gerou pânico na cidade, cuja interpretação dos cidadãos foi de que todas as mortes registradas tinham relação com confrontos de facções.

De acordo com o Delegado Geral da Polícia Civil, Armando Pacheco, apesar das mortes, é um número considerado "previsto" dentre as estatísticas sobre facções.

Ao todo, as operações somam 70 presos, 8 armas de fogo, drogas e R\$ 215 mil, além de veículos e bens.

Com os recentes e frequentes casos de crimes, a Polícia Civil, juntamente com a Polícia Militar, promoveu operações integradas no Maranhão.

De acordo com o Comandante da Polícia Militar, Coronel Pedro Ribeiro, as ações da polícia estão sendo otimizadas para diminuir o tempo de resposta ao crime, como exemplo as nove prisões que ocorreram neste domingo (27), na avenida litorânea, após uma execução entre membros de duas facções.

Operação Ilha Segura

Em razão dos recentes crimes violentos registrados na

cidade de São Luís, a Polícia iniciou a Operação Ilha Segura, onde haverá intensa atividade policial, com reforço de profissionais do interior do Maranhão, aluguel de mais veículos para a polícia e atividade voluntária remunerada de policiais em seus dias de folga.

Ainda não há um balanço oficial dos dados da operação recém iniciada.

O secretário da SSP garantiu que haverá atividade ininterrupta e que a operação não tem data para encerrar até segunda ordem.

Junto com a operação, também foi falado sobre as medidas para a segurança nos coletivos, como o policiamento motorizado de motocicletas, barreiras policiais, policiamento em viaturas e intervenções isoladas.

Resultados das operações

Parque Seguro -18 de setembro de 2020:20 presos, drogas e munições .40.

Operação Coroadinho Seguro - 21 a 24 de setembro de 2020:6 presos.

Operação Ribamar Seguro - 24 de setembro de 2020:22 presos, um rifle calibre .44 e duas escopetas calibre 12.

Operação Presidente Dutra Seguro - 24 e 25 de setembro de 2020:18 presos, R\$ 215 mil, apreensão de 5 veículos e 4 armas de fogo.

Operação Munique (Prisão de homicídios) - 25 de setembro de 2020: 4 presos e uma arma de fogo.

Site:

https://banca.oimparcial.com.br/?_ga=2.160181173.960764260.1600341825-278424742.1600341825

SSP mostra os resultados das operações realizadas nos últimos dias no MA

Na tarde desta segunda-feira (28), a Secretaria de **Segurança Pública** do Maranhão (SSP MA) apresentou os resultados das operações policiais realizadas nos últimos dias no Maranhão. Estas operações têm o objetivo de combater as facções criminosas e reprimir os crimes que estão ocorrendo na região.

De acordo com o Secretário de **Segurança Pública**, Jefferson Portela, houve uma coincidência de mortes no dia 24, quinta-feira. Das 11 mortes registradas na capital maranhense, 4 eram foram relacionadas a confronto de facções criminosas, sendo as outras 7 mortes causadas por motivos interpessoais.

Ao total, desde o dia 18 foram 15 homicídios registrados, sendo 7 deles provenientes de confronto de facções.

Ainda segundo o Secretário, a coincidência dos homicídios gerou pânico na cidade, cuja interpretação dos cidadãos foi de que todas as mortes registradas tinham relação com confrontos de facções.

De acordo com o Delegado Geral da Polícia Civil, Armando Pacheco, apesar das mortes, é um número considerado "previsto" dentre as estatísticas sobre facções. Ao todo, as operações somam 70 presos, 8 armas de fogo, drogas e R\$ 215 mil, além de veículos e bens.

Com os recentes e frequentes casos de crimes, a Polícia Civil, juntamente com a Polícia Militar, promoveu operações integradas no Maranhão. De acordo com o Comandante da Polícia Militar, Coronel Pedro Ribeiro, as ações da polícia estão sendo otimizadas para diminuir o tempo de resposta ao crime, como exemplo as 9 prisões que ocorreram neste domingo (27), na avenida litorânea, após uma execução entre membros de duas facções.

Operação Ilha Segura

Em razão dos recentes crimes violentos registrados na cidade de São Luís, a Polícia iniciou a Operação Ilha Segura, onde haverá intensa atividade policial, com reforço de profissionais do interior do Maranhão, aluguel de mais veículos para a polícia e atividade voluntária remunerada de policiais em seus dias de

folga.

Ainda não há um balanço oficial dos dados da operação recém iniciada no dia 25. O secretário da SSP garantiu que haverá atividade ininterrupta e que a operação não tem data para encerrar até segunda ordem. Junto com a operação, também foi falado sobre as medidas para a segurança nos coletivos, como o policiamento motorizado de motocicletas, barreiras policiais, policiamento em viaturas e intervenções isoladas.

Resultados das operações

18 de setembro de 2020: 20 presos, drogas e munições .40.

21 a 24 de setembro de 2020: 6 presos.

24 de setembro de 2020: 22 presos, um rifle calibre .44 e duas escopetas calibre 12.

24 e 25 de setembro de 2020: 18 presos, R\$ 215 mil, apreensão de 5 veículos e 4 armas de fogo.

25 de setembro de 2020: 4 presos e uma arma de fogo.

Fonte: O Imparcial

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/808408/ssp-mostra-os-resultados-das-operacoes-realizadas-nos-ultimos-dias-no-ma>

Vitória do Mearim: Candidatura de Dóris Rios é impugnada

A coligação Unidos por Vitória, liderada pelo candidato do PL, Nato da Nordestina, acaba de ingressar com uma ação de impugnação de candidatura contra a ex-prefeita Dóris Rios, do PDT.

Os advogados de Nato alegaram que a ex-prefeita teve diversas condenações no Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e que por isso ela estaria inelegível.

Eles anexaram diversos acórdãos do TCE e sugeriram diversas irregularidades e pediram ao juiz que negue o registro de candidatura de Dóris Rios.

Agora, o juiz deve analisar e abrir prazos para defesa e parecer do **Ministério Público** para, então decidir sobre a questão. Vejam, na íntegra, a ação que pede o indeferimento do registro de candidatura.

Blog do Jailson Mendes

Site: <http://diegoemir.com/2020/09/vitoria-do-mearim-candidatura-de-doris-rios-e-impugnada/>

Justiça dá 30 dias para Erivelton Neves divulgar informações sobre uso de royalties (Economia)

Yuri Almeida

O juiz Mazurkiévicz Saraiva de Sousa Cruz, de comarca de Carolina, abriu o prazo de 30 dias úteis, a contar da data de intimação, para o prefeito do município, Erivelton Neves Teixeira, divulgar informações sobre o gasto dos royalties recebidos da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE/Estreito), pagos mensalmente à prefeitura pelo direito de uso da água do Rio Tocantins.

A decisão foi proferida nessa segunda-feira 28, em caráter liminar, em resposta a uma ação de improbidade do **Ministério Público** do Maranhão, que solicitou também a indisponibilidade de bens do gestor no valor de R\$ 590 mil e sua condenação ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 200 mil.

Sobre esses dois outros pedidos, o magistrado decidiu, por ora, indeferir.

De acordo com a determinação, a divulgação sobre o uso do dinheiro deverá ser mensal, em meios públicos, da contabilidade simplificada referente aos gastos do dinheiro recebido da UHE/Estreito. A decisão teve por base a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a LAI (Lei de Acesso a Informação), respectivamente, que assegura a transparência da gestão fiscal e garante o direito de acesso à informação a qualquer cidadão.

Em caso de descumprimento, foi arbitrado uma multa diária no valor de R\$ 1 mil, limitada a 15 dias, a ser aplicada em caráter pessoal ao prefeito Erivelton Neves, e revertida ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos e Coletivos.

Site: <https://atual7.com/economia/2020/09/justica-da-30-dias-para-erivelton-neves-divulgar-informacoes-sobre-uso-de-royalties/>

Operação da Segurança Pública realiza abordagens e prisão

Mais de 50 pessoas detidas e várias armas apreendidas é o saldo da operação da **Segurança Pública**, que vem sendo executada desde a última sexta-feira. Neste domingo (27), os policiais estiveram em bairros da área sul da Grande Ilha. Vicente Fialho é um dos que estão na lista e onde recentemente uma facção elegeu novo líder - morto por grupo rival na tarde de domingo. Os policiais abordaram pessoas, vistoriaram veículos e fiscalizaram pontos suspeitos. A operação é por tempo indeterminado.

O secretário de Estado de **Segurança Pública** (SSP-MA), Jefferson Portela, acompanhou a ação das equipes. "Estamos com os comandos integrados, fiscalizando e desenvolvendo ações de controle em toda a Região Metropolitana de São Luís, verificando os grupamentos posicionados e o policiamento nos locais previamente determinados. Havendo situações, prendemos quem se encontre em flagrante delito", destacou Portela.

Os grupamentos são formados pelos dirigentes do sistema de Segurança, comandos gerais, dirigentes de área e coordenadores, que deixam momentaneamente as funções administrativas para fazer o policiamento externo. "É gestão e também, um trabalho de repressão para retirar das ruas aqueles que queiram ter práticas antissociais". enfatiza o titular da SSP-MA.

Desde o primeiro dia da operação, na sexta-feira (25), são mais de 50 presos, e diversas armas apreendidas. "É uma jornada positiva, pois retiramos alguns envolvidos com ações violentas. Todos autuados e encaminhados ao sistema prisional do Estado. Esse é o comando do Governo do Estado e o sistema de Segurança vai cumprir com rigor, para garantir a paz e a tranquilidade social na região", conclui Jefferson Portela.

A mega operação se concentra na fiscalização de veículos - ônibus, carros de pequeno e grande porte, motos - além de abordagens a pessoas e vistorias na busca por drogas e armas. A ação policial reúne várias outras já desenvolvidas na atividade regular da Polícia Militar. Entre estas, Ilha Segura, Cerco Total, Catraca, Saturação, Inquietação, Duas Rodas, que se concentram no combate ao crime nos bairros e grandes avenidas.

Site: <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/29092020>

MPMA requer condições adequadas de trabalho para delegacia de Cedral

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) encaminhou, em 28 de setembro, Recomendação ao secretário de Estado de **Segurança Pública**, Jeferson Portela, solicitando providências para dotar a Delegacia de Polícia de Cedral com condições adequadas de trabalho.

Os pedidos feitos pelo **promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos**, (que está respondendo temporariamente pela comarca) incluem a nomeação de delegado titular e servidores, a reforma da estrutura física e o fornecimento de equipamentos necessários à execução das atividades.

SEM CONDIÇÕES

Desde a aposentadoria do delegado anterior, Sérgio Luís Damasceno, o órgão policial não tem delegado titular porque que não houve a imediata designação de outro profissional. Assim, o delegado regional de Cururupu, Tiago Pinto, tem atuado cumulativamente na delegacia.

Além disso, existe somente um agente administrativo, cedido pelo Município, trabalhando em desvio de função, no auxílio em diligências investigativas, atividade que deve ser realizada por um delegado e um agente de Polícia Civil.

Entre as atividades executadas pelo agente administrativo estão lavratura de termos, autos e mandados; preparo, conclusão e remessa de procedimentos investigatórios; produção de expedientes e estatísticas das atividades cartorárias; organização do cartório, além de classificação de inquéritos, termos circunstanciados, mandados, precatórias e demais atos policiais etc.

ESTRUTURA

Sem prédio próprio, a delegacia também não possui viatura própria, o que leva ao uso indevido de veículos dos servidores. Faltam, ainda, materiais de expediente e mobília adequada.

A delegacia só tem três computadores. Não há registro eletrônico de Boletins de Ocorrência (B.Os), dificultando análise dos procedimentos em tramitação. A Delegacia de Cedral também não tem telefone fixo, o que atrasa a confecção de documentos e registros

policiais durante os atendimentos.

A estrutura física não permite condições adequadas aos servidores e presos. O teto tem infiltrações (prejudicando a integridade e autenticidade dos documentos), paredes rachadas, infestação de cupins, falta de local específico para guarda de bens apreendidos, armas e munições.

Sem qualquer controle, as substâncias entorpecentes apreendidas ficam espalhadas em salas, quintal e garagem. Há apenas um cômodo pequeno superlotado com acesso insalubre, em função da umidade excessiva e cupins.

As duas celas existentes não possuem sanitários adequados, têm instalação hidráulica defeituosa, causando infiltrações. Também faltam colchões e cobertores para os presos.

PEDIDOS

O **MPMA** requer a designação de um delegado titular e três agentes de Polícia Civil para execução de atividades e auxílio nas investigações.

Também solicita a disponibilização de dois computadores novos, com acesso à Internet, para as atividades e registro eletrônico de boletins de ocorrência; instalação de aparelho de telefone fixo, fornecimento colocação de cadeiras, mesas, armários, materiais de expediente e condições mínimas de trabalho.

Outro pedido é a reforma nas celas da cadeia, dos banheiros comuns, da estrutura das portas de madeira; conserto dos aparelhos de ar-condicionado e reparo das infiltrações no teto da delegacia.

Além de disponibilizar uma viatura, a Secretaria também deve viabilizar estrutura adequada para guarda e controle de armas e munições, além de bens e substâncias entorpecentes apreendidos.

O prazo para informar sobre o eventual acatamento da Recomendação é de 15 dias. A resposta deve ser enviada, por email, à Promotoria de Justiça de Cedral.

O descumprimento das medidas levará à tomada de medidas judiciais cabíveis pelo **MPMA**.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/09/29/mpma-requer-condicoes-adequadas-de-trabalho-para-delegacia-de-cedral/>

MPT propõe ao MP-MA atuação conjunta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes

São Luís - Em visita institucional realizada nesta segunda-feira, 28, a procuradora do Trabalho no Maranhão, Virginia de Azevedo Neves, apresentou ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e à corregedora-geral do MP-MA, Themis Pacheco, proposta de parceria institucional para fortalecer o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

A proposta prevê que as ações penais ajuizadas pelo **MPMA** e as sentenças condenatórias proferidas nos últimos dois anos sejam encaminhadas ao MPT para possível ajuizamento de dano moral coletivo contra os responsáveis.

O objetivo é ampliar a responsabilização mediante o ajuizamento de ações civis públicas e reclamações na Justiça do Trabalho, a partir de denúncias ou de condenações criminais. "Assim, podemos ampliar a proteção ao público infanto-juvenil, coibir essa prática e punir os criminosos. Buscamos uma reparação às vítimas e à sociedade, por meio de indenizações", afirmou Virginia Neves.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a "utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas", classificada como exploração sexual comercial, é uma das piores formas de trabalho infantil.

"O respeito ao princípio da prioridade absoluta de crianças é uma diretriz de nossa gestão. O **Ministério Público** do Maranhão está aberto para colaborar nesta parceria institucional a fim de ampliar a proteção integral ao público infanto-juvenil", destacou Eduardo Nicolau.

A opinião é compartilhada pelo **promotor de justiça** da Infância e Juventude de São Luís, Márcio Thadeu Silva Marques. "A prevenção e erradicação do trabalho infantil, especialmente em suas piores formas, deve ser um esforço coletivo para uma sociedade mais justa", ponderou

Themis Pacheco anunciou que a Corregedoria-Geral do **MPMA** vai analisar a proposta apresentada pelo

MPT e se manifestar sobre a parceria institucional. A ouvidora do **MPMA**, Maria Luiza Ribeiro Martins, igualmente participou da reunião.

Leia mais notícias em OEstadoMA.com e siga nossas páginas no Facebook, no Twitter e no Instagram. Envie informações à Redação do Jornal de O Estado por WhatsApp pelo telefone (98) 99209 2564.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/09/29/mpt-propoe-ao-mpma-atuacao-conjunta-contr-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes/>

SÃO LUÍS - Reunião de trabalho vai debater gerenciamento das instituições de acolhimento de idosos

Como parte da programação da Semana do Idoso, o **Ministério Público** do Maranhão promove, nesta terça-feira, 29, às 9h30, uma reunião de trabalho que terá como tema o "Gerenciamento de Riscos nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's)", a ser realizada no auditório da sede das Promotorias de Justiça da Capital, no Calhau.

Participarão da reunião o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e os titulares da 1ª e da 2ª Promotorias de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís, respectivamente, José Augusto Cutrim Gomes e Eliane Azor. Também foram convidados órgãos como o Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Defesa Civil, assim como as direções das próprias Instituições de Longa Permanência para Idosos, antigamente denominadas de asilos.

Na pauta do encontro, serão discutidas questões sobre a fiscalização das ILPIs, com enfoque na prevenção de riscos. Serão abordados ainda temas como a inscrição das instituições junto ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e a própria regularidade de funcionamento.

Segundo o **promotor de justiça** José Augusto Cutrim Gomes, a reunião vai buscar o entendimento entre todos os participantes a respeito do cumprimento das normas previstas no Estatuto do Idoso. "Vamos saber como estão os idosos, principalmente no que se refere à saúde deles; como são os protocolos de entrada; se eles estão com os vínculos familiares mantidos; qual é a situação financeira deles", informou.

O membro do **Ministério Público** acrescentou que também será observada a parte estrutural dos prédios, com o levantamento de informações sobre as condições de acessibilidade e mobilidade; se, em caso de incêndio, existem os pontos de fuga adequados e como os profissionais dessas instituições estão capacitados para lidar com os idosos abrigados.

De acordo com registros do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Maranhão (Cedima), em São Luís, existem atualmente sete ILPI's, que abrigam 107 idosos. São duas instituições governamentais, duas filantrópicas e três particulares.

ILPI's

Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania.

Em artigo das pesquisadoras Ana Amélia Camarano e Solange Kanso, publicado na Revista Brasileira de Estudos de População, em 2010, é esclarecido que a denominação Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) foi sugerida pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia como forma de expressar com mais fidelidade a ampliação das funções dessas casas.

"O envelhecimento da população e o aumento da sobrevivência de pessoas com redução da capacidade física, cognitiva e mental estão requerendo que os asilos deixem de fazer parte apenas da rede de assistência social e integrem a rede de assistência à saúde, ou seja, ofereçam algo mais que um abrigo", explicam as pesquisadoras.

PROGRAMAÇÃO

No período de 28 de setembro a 2 de outubro, está programada uma série de eventos em alusão à Semana do Idoso. No dia 1º de outubro, comemora-se o Dia Internacional do Idoso.

Veja a íntegra da programação organizada por instituições e órgãos vinculados à defesa dos **direitos dos idosos**:

Programação: 28 de setembro a 2 de outubro de 2020

Dia 28 de setembro

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Pessoa Idosa e as Eleições Municipais 2020

Convidados:

- Walquíria Alves - Ex-presidente do Conselho Estadual do Pará (Gestão 2009- 2011) e (Gestão 2016-2018)

- José Augusto Cutrim - **Promotor de justiça** titular da 16ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís

- Mediador: Glécio Sandro Leite Silva - Presidente do Cedima

- Organizador: Cedima

Dia 29 de setembro

Horário: 9h30

Atividade: presencial (respeitadas as orientações das medidas sanitárias)

Tema: Gerenciamento de risco nas ILPI's

Participantes: Convidados

Organizador: 16ª e 17ª Promotorias de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Sistema Prisional e a Pessoa Idosa

Convidados:

- Adriana Raquel - Assistente Social e Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a **Tortura** (MNPCT)

- Camila Portela - Supervisora de Ações para o Combate à **Tortura** de Secretaria de **Direitos Humanos** (Sedihpop)

- Mediador: Deborah Cartágenes - Conselheira Federal OAB/MA e vice-presidente do Cedima

- Organizador: Cedima

Dia 1º de outubro

Horário: 9h

Atividade: Evento presencial (respeitadas as orientações das medidas sanitárias)

Tema: "Valorizando quem Valoriza"

Participantes: Convidados

Organizador: Centro Integrado de Apoio e Prevenção a Violência contra a Pessoa Idosa /Defensoria Pública do Estado do Maranhão (CAPVI/DPE)

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (Estatuto do Idoso, Capítulo II)

Convidados:

- Francisco Gonçalves - secretário da Sedihpop

- Karla Giacomini - médica geriatra - coordenadora-geral da Frente Nacional de Apoio as ILPI's

- Mediador: Glécio Sandro Leite Silva - presidente do Cedima

- Organizador: Cedima e Sedihpop

Dia 2 de outubro

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Pessoa Idosa: Depressão, Ansiedade e Suicídio em Tempos de Pandemia.

Convidados:

- Prof. João de Deus Cabral Junior Psicólogo do Centro de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa de São Luís (CAISI) e do Professor da UFMA.

- Yara Portela - Médica Geriatra da ILPI Solar do Outono e Professora da UFMA

- Mediador: Deborah Jatahy

Organizador: Cedima e Sedihpop

ILPI - Solar do Outono: programação interna de 28 de setembro a 02 de outubro

Site: <https://omaranhense.com/sao-luis-reuniao-de-trabalho-vai-debater-gerenciamento-das-instituicoes-de-acolhimento-de-idosos/>

MPMA transmitirá processos licitatórios pelo YouTube

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, assinou, na manhã desta segunda-feira, 28, um Ato Regulamentar que disciplina a transmissão via YouTube de todos os processos licitatórios no âmbito do **Ministério Público** do Maranhão. A iniciativa do **MPMA**, um dos primeiros a executá-la no Brasil, segue as restrições de publicidade impostas pela Lei 8666/93.

Ao assinar o ato, o procurador-geral ressaltou que a iniciativa busca dar cumprimento a um dos princípios da administração pública, que é a transparência. "O ato visa garantir a máxima efetividade do princípio da transparência nos processos internos, especialmente naqueles que envolvam contratações e aplicações de recursos públicos no âmbito do **MPMA**", explicou.

No Ato Regulamentar, ficou determinado que a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação deverá adotar as providências, junto à Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Procuradoria Geral de Justiça, para o cumprimento da medida.

A assinatura do Ato foi acompanhada pela ouvidora do **MPMA**, Maria Luiza Martins, pelo diretor da secretaria de Assuntos Institucionais em exercício, Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, pelo presidente e 1º tesoureiro da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, Gilberto Câmara e Esdras Liberalino Soares Júnior.

Site: <https://omaranhense.com/mpma-transmitira-processos-licitatorios-pelo-youtube/>

Fribal integrou a rede do Bem com doações de cestas básicas

A FRIBAL, uma das empresas integrantes da Rede do Bem, fez a doação de 200 cestas básicas que foram entregues às diversas instituições filantrópicas cadastradas e apoiadas pela campanha Setembro Amarelo da Rede do Bem - Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e Suicídio, coordenado pelo **Ministério Público** Estadual.

A entrega das doações aconteceu na sede da AMPEM nessa última terça - feira (29.09) e marcou o encerramento da campanha que, sob a coordenação do **Ministério Público** Estadual, contou com a participação de mais de 50 empresas privadas e entidades públicas, que realizaram diversas ações educativas e assistenciais para conscientizar as populações mais vulneráveis sobre saúde mental e a prevenção de práticas como a automutilação e o suicídio.

A Fribal foi representada pela Diretora de Gestão de Gente Thalita Mandim, que fez a entrega formal das cestas básicas às entidades. Ela estava acompanhada de Wilma Oliveira, Supervisora de Gestão de Gente da empresa.

"A Fribal pratica, de forma muito consistente, ações de responsabilidade social empresarial, e essa foi mais uma doação importante que a empresa realizou. Ficamos muito felizes de ter feito a nossa parte nessa campanha tão importante para toda a sociedade que foi desenvolvida pelo **Ministério Público** e pela Rede do Bem. Juntos somos mais fortes e a Fribal acredita no poder do coletivo para transformar realidades", disse Thalita.

A Promotora de Justiça e Coordenadora do Fórum (FEPAS/MA) do **Ministério Público** Estadual Christiane Lago agradeceu a participação da Fribal que deu o exemplo de parceria a ser seguido por outras empresas privadas.

"Esse evento marcou a conclusão das atividades da Rede do Bem na campanha do Setembro Amarelo coordenado pelo **Ministério Público** Estadual. Esse repasse de doações que fizemos hoje às entidades filantrópicas carentes será muito importante para as pessoas em situação de vulnerabilidade que são assistidas por essas entidades. Agradecemos à Fribal e aos demais parceiros por nos ajudar a viabilizar essas doações. Ficamos muito felizes por essa

parceria. Nossa Legislações Estadual e Federal nos orientam que façamos parcerias com a iniciativa privada e a Fribal deu um lindo exemplo com essas doações", declarou a Promotora Christiane Lago.

Site: <https://omaranhense.com/fribal-integrou-a-rede-do-bem-com-doacoes-de-cestas-basicas/>

Vitória do Mearim: Candidatura de Dóris Rios é impugnada

A coligação Unidos por Vitória, liderada pelo candidato do PL, Nato da Nordestina, acaba de ingressar com uma ação de impugnação de candidatura contra a ex-prefeita Dóris Rios, do PDT.

Os advogados de Nato alegaram que a ex-prefeita teve diversas condenações no Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e que por isso ela estaria inelegível.

Eles anexaram diversos acórdãos do TCE e sugeriram diversas irregularidades e pediram ao juiz que negue o registro de candidatura de Dóris Rios.

Agora, o juiz deve analisar e abrir prazos para defesa e parecer do **Ministério Público** para, então decidir sobre a questão. Vejam, na íntegra, a ação que pede o indeferimento do registro de candidatura.

Blog do Jailson Mendes

Site: <http://diegoemir.com/2020/09/vitoria-do-mearim-candidatura-de-doris-rios-e-impugnada/>

SÃO LUÍS: MPT propõe ao MPM Aatuação conjunta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes

Eduardo Ericeira

Em visita institucional realizada nesta segunda-feira, 28, a procuradora do Trabalho no Maranhão, Virginia de Azevedo Neves, apresentou ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e à corregedora-geral do **MPMA**, Themis Pacheco, proposta de parceria institucional para fortalecer o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

A proposta prevê que as ações penais ajuizadas pelo **MPMA** e as sentenças condenatórias proferidas nos últimos dois anos sejam encaminhadas ao MPT para possível ajuizamento de dano moral coletivo contra os responsáveis.

O objetivo é ampliar a responsabilização mediante o ajuizamento de ações civis públicas e reclamações na Justiça do Trabalho, a partir de denúncias ou de condenações criminais. "Assim, podemos ampliar a proteção ao público infante-juvenil, coibir essa prática e punir os criminosos. Buscamos uma reparação às vítimas e à sociedade, por meio de indenizações", afirmou Virginia Neves.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a "utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas", classificada como exploração sexual comercial, é uma das piores formas de trabalho infantil.

A opinião é compartilhada pelo **promotor de justiça** da Infância e Juventude de São Luís, Márcio Thadeu Silva Marques. "A prevenção e erradicação do trabalho infantil, especialmente em suas piores formas, deve ser um esforço coletivo para uma sociedade mais justa", ponderou.

Themis Pacheco anunciou que a Corregedoria-Geral do **MPMA** vai analisar a proposta apresentada pelo MPT e se manifestar sobre a parceria institucional. A ouvidora do **MPMA**, Maria Luiza Ribeiro Martins, igualmente participou da reunião.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/09/sao->

[luis-mpt-propoe-ao-mpm-aatuacao.html](#)

Obra da gestão de Edivaldo Júnior é alvo de inquérito por indícios de irregularidades

A gestão de Edivaldo Holanda Júnior está no bojo de um inquérito que apura indícios de irregularidades na construção da maternidade da Cidade Operária, em São Luís.

A investigação está em andamento na 36ª Promotoria de Justiça Especializada na **Defesa do Patrimônio Público** e da **Probidade Administrativa** sob a responsabilidade do **promotor de Justiça**, Marcos Valentim Pinheiro Paixão.

Segundo documento obtido pelo Blog do Neto Ferreira , o inquérito foi instaurado a partir da conversão da Notícia de Fato nº 03/2020 - 36PJE, que apontou uma série de supostas irregularidades no Convênio firmado entre o Ministério da Saúde e o Fundo Municipal de Saúde de São Luís, administrado pela Prefeitura da capital maranhense.

O contrato em questão foi celebrado no final de 2013 no valor total de R\$ 24 milhões, sendo R\$ 1 milhão de contrapartida da gestão de Edivaldo Júnior. Entre os anos de 2014 e 2016 foram liberados pelo Ministério da Saúde mais de R\$ 4 milhões, no entanto a obra não passou da fase de fundição e ficou abandonada.

Recentemente, a Secretaria Municipal de Saúde anunciou que o local servirá para a construção de uma praça.

A investigação tem prazo de 12 meses para ser concluída.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site: <http://www.netoferreira.com.br/poder/2020/09/obra-da-gestao-de-edivaldo-junior-e-alvo-de-inquerito-por-indicios-de-irregularidades/>

ESMP promove webinar sobre Investigações em ambientes cibernéticos

Com o objetivo de expandir o conhecimento sobre investigações em espaços virtuais, a Escola Superior do **Ministério Público** do **Maranhão** (ESMP) realiza o webinar Investigações em Ambientes Cibernéticos, na próxima segunda-feira, 28, às 15h.

O palestrante será o professor José Anchieta Nery Neto, que também é delegado da Polícia Civil do Piauí.

Promovido com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**), o seminário tem como público-alvo membros, servidores e estagiários do **MPMA**, além do público externo, mediante inscrição a ser realizada em ead.mpma.mp.br. A palestra também terá transmissão no canal da ESMP no YouTube.

Para o **promotor de justiça** Fernando Antônio Berniz Aragão, um dos coordenadores do **Gaeco** em São Luís, o tema do webinar é de extrema relevância para o âmbito do **Ministério Público**, devido à necessidade de competências específicas para investigar e identificar crimes no ambiente cibernético de forma satisfatória. Esse curso nos norteia acerca das cautelas necessárias para realizar uma investigação na rede, além das tecnologias que são utilizadas para a prática dos cibercrimes, disse.

Segundo o **promotor de justiça** Francisco Fernando Meneses Filho, que atua na coordenação do **Gaeco** na região de Timon, o webinar sobre crimes em ambientes cibernéticos surgiu da necessidade de expandir os conhecimentos relativos ao tema dentro do **Ministério Público**. O webinar vai servir de estímulo para estudo e aprofundamentos futuros sobre o assunto. É um incentivo para que a nossa instituição evolua nas investigações nessa área tecnológica, concluiu. (Jefferson Aires / CCOM-**MPMA**)

Site:

[https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/121/20200929\(1\).pdf](https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/121/20200929(1).pdf)

Corregedoria da Justiça regulamenta interdição de estabelecimentos penais

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJMA) regulamentou, em 24 de setembro, os procedimentos a serem adotados para a interdição administrativa de estabelecimentos penais que estiverem funcionando em condições inadequadas ou contrariando os dispositivos legais, no Estado, que possui uma população carcerária de aproximadamente 12 mil presos em 184 estabelecimentos penais. No Provimento nº 49/2020, a Corregedoria definiu procedimentos a serem seguidos, conforme a Lei de **Execução Penal** LEP (artigo 66, inciso VIII, da Lei 7.210/1984). De acordo a LEP, o estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou infringindo os dispositivos legais pode ser interditado total ou parcial pelo Poder Judiciário. De acordo com o provimento, as interdições administrativas ostentam inúmeros e graves reflexos na gestão da situação carcerária do Estado, notadamente no que concerne à alocação dos presos em outros estabelecimentos penais e é necessário padronizar os procedimentos de interdição administrativa dos estabelecimentos penais do Estado do Maranhão. Compete ao magistrado, com competência para a execução penal, editar portaria de instauração do processo de interdição, total ou parcial, de estabelecimento penal que esteja funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos legais, assim como decretar a interdição, após o trâmite do processo e quando a medida se mostrar indispensável e inafastável, diz a norma.

DOCUMENTOS A portaria mencionada no provimento deverá ser encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça e à Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão UMF. A portaria deverá ser acompanhada dos seguintes documentos: relatório de inspeção detalhado, com informações sobre o caráter da interdição, se definitivo ou provisório, se a unidade prisional continuará a receber presos provisórios ou definitivos, e o quantitativo do número de presos definitivos, provisórios e por gênero; relatório de inspeção detalhado realizado pela Vigilância Sanitária, onde houver, acerca das condições sanitárias e higiênicas do estabelecimento penal; relatório técnico detalhado confeccionado pelo Corpo de Bombeiros, onde houver, acerca das condições de segurança e estruturais do estabelecimento penal; fotografias do estabelecimento sobre as deficiências e precariedades e informação da autoridade do estabelecimento penal com a

indicação da lotação e da sua capacidade instalada.

REALOCAÇÃO A portaria em que for decretada a interdição do estabelecimento penal deverá indicar o estabelecimento penal para o qual serão transferidos os presos, caso decida pela realocação de parte ou total dos presos. Antes de decidir pela realocação dos presos, o juiz deverá solicitar informações à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, para que informe um estabelecimento penal, preferencialmente em cidade próxima, que tenha capacidade de receber os presos. No caso de remoção do preso para outro estabelecimento penal, o juiz comunica à família, ao **Ministério Público** e à defesa, sobre o local em que o interno se encontra custodiado. Caso o preso seja de outra unidade judicial, o juiz dessa comarca deverá ser informado, para que tome essa providência. A decisão que decretou a interdição deverá ser reavaliada pelo juiz da **execução penal**, a cada seis meses, quando deverá reavaliar a determinação, e emitir decisão fundamentada de manutenção ou suspensão.

CONCILIAÇÃO Ainda de acordo com o provimento, a Corregedoria Geral da Justiça poderá solicitar documentos, informações e a apresentação de um plano de ação pela Secretaria de Estado de Administração Prisional SEAP, assim como designar audiência de conciliação, que deverá contar com a participação de todos os envolvidos para debate das providências necessárias para regularização dos problemas que motivaram a instauração do procedimento de interdição da unidade prisional. Caso haja a conciliação, as ações e prazos deverão ficar consignados em termo assinado pelos envolvidos, e o procedimento de interdição será suspenso, só podendo ter prosseguimento se o acordado não for cumprido no prazo previsto. Não conseguida a conciliação ou não designada pela Corregedoria Geral da Justiça a audiência de conciliação, o procedimento de interdição prosseguirá, e o juiz deverá intimar o representante do Ministério Público para opinar pela conveniência da interdição, no prazo 10 dias e decidir á pela decretação, ou não, da interdição, de forma fundamentada; com o parecer do **Ministério Público**. Se decidir pela decretação da interdição, o juiz editará a portaria e encaminhar á à CGJ-MA e à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

Site:

[https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/121/20200929\(1\).pdf](https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/121/20200929(1).pdf)

SÃO LUÍS - Reunião de trabalho vai debater gerenciamento das instituições de acolhimento de idosos

Como parte da programação da Semana do Idoso, o **Ministério Público** do Maranhão promove, nesta terça-feira, 29, às 9h30, uma reunião de trabalho que terá como tema o "Gerenciamento de Riscos nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's)", a ser realizada no auditório da sede das Promotorias de Justiça da Capital, no Calhau.

Participarão da reunião o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e os titulares da 1ª e da 2ª Promotorias de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís, respectivamente, José Augusto Cutrim Gomes e Eliane Azor. Também foram convidados órgãos como o Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Defesa Civil, assim como as direções das próprias Instituições de Longa Permanência para Idosos, antigamente denominadas de asilos.

Na pauta do encontro, serão discutidas questões sobre a fiscalização das ILPIs, com enfoque na prevenção de riscos. Serão abordados ainda temas como a inscrição das instituições junto ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e a própria regularidade de funcionamento.

Segundo o **promotor de justiça** José Augusto Cutrim Gomes, a reunião vai buscar o entendimento entre todos os participantes a respeito do cumprimento das normas previstas no Estatuto do Idoso. "Vamos saber como estão os idosos, principalmente no que se refere à saúde deles; como são os protocolos de entrada; se eles estão com os vínculos familiares mantidos; qual é a situação financeira deles", informou.

O membro do **Ministério Público** acrescentou que também será observada a parte estrutural dos prédios, com o levantamento de informações sobre as condições de acessibilidade e mobilidade; se, em caso de incêndio, existem os pontos de fuga adequados e como os profissionais dessas instituições estão capacitados para lidar com os idosos abrigados.

De acordo com registros do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Maranhão (Cedima), em São Luís, existem atualmente sete ILPI's, que abrigam 107 idosos. São duas instituições governamentais, duas filantrópicas e três particulares.

ILPI's

Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania.

Em artigo das pesquisadoras Ana Amélia Camarano e Solange Kanso, publicado na Revista Brasileira de Estudos de População, em 2010, é esclarecido que a denominação Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) foi sugerida pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia como forma de expressar com mais fidelidade a ampliação das funções dessas casas.

"O envelhecimento da população e o aumento da sobrevivência de pessoas com redução da capacidade física, cognitiva e mental estão requerendo que os asilos deixem de fazer parte apenas da rede de assistência social e integrem a rede de assistência à saúde, ou seja, ofereçam algo mais que um abrigo", explicam as pesquisadoras.

PROGRAMAÇÃO

No período de 28 de setembro a 2 de outubro, está programada uma série de eventos em alusão à Semana do Idoso. No dia 1º de outubro, comemora-se o Dia Internacional do Idoso.

Veja a íntegra da programação organizada por instituições e órgãos vinculados à defesa dos **direitos dos idosos**:

Programação: 28 de setembro a 2 de outubro de 2020

Dia 28 de setembro

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Pessoa Idosa e as Eleições Municipais 2020

Convidados:

- Walquíria Alves - Ex-presidente do Conselho Estadual do Pará (Gestão 2009- 2011) e (Gestão 2016-2018)

- José Augusto Cutrim - **Promotor de justiça** titular da 16ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís

- Mediador: Glécio Sandro Leite Silva - Presidente do Cedima

- Organizador: Cedima

Dia 29 de setembro

Horário: 9h30

Atividade: presencial (respeitadas as orientações das medidas sanitárias)

Tema: Gerenciamento de risco nas ILPI's

Participantes: Convidados

Organizador: 16ª e 17ª Promotorias de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Sistema Prisional e a Pessoa Idosa

Convidados:

- Adriana Raquel - Assistente Social e Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a **Tortura** (MNPCT)

- Camila Portela - Supervisora de Ações para o Combate à **Tortura** de Secretaria de **Direitos Humanos** (Sedihpop)

- Mediador: Deborah Cartágenes - Conselheira Federal OAB/MA e vice-presidente do Cedima

- Organizador: Cedima

Dia 1º de outubro

Horário: 9h

Atividade: Evento presencial (respeitadas as orientações das medidas sanitárias)

Tema: "Valorizando quem Valoriza"

Participantes: Convidados

Organizador: Centro Integrado de Apoio e Prevenção a Violência contra a Pessoa Idosa /Defensoria Pública do Estado do Maranhão (CAPVI/DPE)

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (Estatuto do Idoso, Capítulo II)

Convidados:

- Francisco Gonçalves - secretário da Sedihpop

- Karla Giacomini - médica geriatra - coordenadora-geral da Frente Nacional de Apoio as ILPI's

- Mediador: Glécio Sandro Leite Silva - presidente do Cedima

- Organizador: Cedima e Sedihpop

Dia 2 de outubro

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Pessoa Idosa: Depressão, Ansiedade e Suicídio em Tempos de Pandemia.

Convidados:

- Prof. João de Deus Cabral Junior Psicólogo do Centro de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa de São Luís (CAISI) e do Professor da UFMA.

- Yara Portela - Médica Geriatra da ILPI Solar do Outono e Professora da UFMA

- Mediador: Deborah Jatahy

Organizador: Cedima e Sedihpop

ILPI - Solar do Outono: programação interna de 28 de setembro a 02 de outubro

Site: <https://omaranhense.com/sao-luis-reuniao-de-trabalho-vai-debater-gerenciamento-das-instituicoes-de-acolhimento-de-idosos/>

Seis pessoas mortas em menos de quatro anos na Av. Litorânea

Uma das importantes áreas de lazer e cartão postal de São Luís, a Avenida Litorânea, é espaço de assassinatos. Seis pessoas já foram executadas nesse ponto da cidade, em menos de quatro anos. Um dos últimos casos ocorreu no domingo (25) durante o dia e, segundo a polícia, a vítima era líder de uma facção criminosa, identificada como João Francisco de Araújo Moraes, o Júnior Parceiro, de 27 anos. Ele levou mais de dez tiros. Nove faccionados foram levados para a sede da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), na Beira-Mar. A polícia também apreendeu armas de fogo e um veículo Ônix prata, com placas clonadas.

O delegado-geral da Polícia Civil, Armando Pacheco, declarou ontem, em entrevista à Rádio Mirante AM que João Francisco tinha assumido recentemente o comando de um grupo criminoso na região da Vila Vicente Fialho, o que gerou descontentamento aos grupos rivais. No domingo, ele teria sido reconhecido na Avenida Litorânea e foi executado.

Os militares, que estavam realizando incursões nessa localidade, prenderam em flagrante quatro suspeitos do crime, que estavam em um veículo Ônix prata, de placas clonadas. Em poder deles, apreenderam armas de fogo, inclusive, a usada no assassinato.

Também, durante esse cerco policial, foram presos cinco integrantes do bando, que era comandado pela vítima, e conduzidos para a SHPP.

Armando Pacheco disse que ainda no domingo o governador Flávio Dino se reuniu com a cúpula da Secretaria de **Segurança Pública** (SSP), no Palácio dos Leões, e ficou determinado que as operações na Grande Ilha continuassem e ampliadas, sem prazo para terminar, a fim de combater a onda de criminalidade proveniente da guerra de facções.

Filho de policial A Litorânea também foi o local da execução de Erick Cuba de Oliveira, de 19 anos, filho de um policial civil. De acordo com a polícia, o principal suspeito foi Luís Eduardo Correa Durans, de 23 anos. A vítima foi morta quando jogava bola na companhia de amigos.

O acusado fugiu em uma motocicleta vermelha e o corpo da vítima ficou caído no calçadão da Avenida Litorânea. Muitas pessoas, que estavam fazendo

caminhada ficaram assustadas e houve correria.

A polícia informou que em janeiro de 2018 houve uma briga entre a vítima e o acusado, em uma pizzaria localizada no bairro Anjo da Guarda.

Canto da Sereia No mês de abril de 2018, um grupo criminoso, composto por Andréa da Silva Ferreira, de 23 anos; Glaubert Ferreira Silva, o Kal, de 18 anos; Jorge Anderson Veloso, de 22 anos, e Ramon Façanha Gomes, de 22 anos, foi levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Segundo a polícia, esses criminosos foram presos suspeitos de terem roubado e matado a pauladas e facadas o economista Fernando Tadeu Costa da Silva, de 53 anos, na Avenida Litorânea, na noite do dia 23 de abril de 2018.

O delegado da Polícia Civil, Villamar Alves, informou que o economista foi vítima do "Canto da Sereia". Andréa da Silva é mulher de Jorge Anderson e conheceu a vítima, na Litorânea. Ela e a vítima trocaram número de celular e marcaram encontro na praia, no Calhau, para o dia seguinte.

No dia do assassinato, Fernando Tadeu se encontrou com a mulher e foi atacado pelos criminosos quando estava na beira da praia. Primeiramente, ele levou uma paulada na cabeça e logo depois, quatro golpes de faca, um deles no abdômen. A vítima ainda foi socorrida e levada para o Socorrão I, mas não resistiu. Após o crime, Andréa da Silva e Jorge Anderson foram presos, ainda na Litorânea, enquanto os outros suspeitos, no veículo da vítima, próximo à Lagoa da Jansen.

Mais ocorrências A polícia ainda registrou mais três homicídios na Litorânea em 2017. Uma das vítimas foi o funcionário do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), Ademar Moreira Gonçalves, de 36 anos. Ele foi assassinado a tiros no começo da noite do dia 14 de outubro e o autor do crime, segundo a polícia, foi um policial civil.

A vítima foi baleada nas costas e perdeu o controle do veículo Honda Civic, de placas MWU- 3445, colidindo com três veículos, e atropelando um pedestre, identificado como Alziro Abreu Costa.

As outras duas pessoas mortas nessa localidade

foram o agente penitenciário, Jorge Luís Lobo da Cunha, de 38 anos, no dia 9 julho, e o flanelinha conhecido como Caio, no dia 7 de junho daquele ano. Os casos ainda são investigados pela Polícia Civ

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/09/29>

/

Jovem executado na porta de casa, no bairro Paraná

A polícia ainda não conseguiu prender o executor de Vitor Lopes Brito, de 28 anos. De acordo com a polícia, a vítima foi morta na porta de sua residência, no Paraná I, em Paço do Lumiar, na noite do último (27). O crime teve a participação de faccionados.

A polícia informou que a vítima tinha ido à Vila Cafeteira, em São José de Ribamar, e quando chegava de volta em sua casa foi baleada por um homem, não identificado, que fugiu do local.

Guarnições da Polícia Militar realizaram rondas pela área, mas não conseguiram prender o acusado.

O caso está sendo investigado pela equipe da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP). Também foi assassinado a tiros Wanderson Augusto Ferreira Braga, de 21 anos, no sábado (26), na Cidade Olímpica. A motivação do crime não foi informada pela polícia.

Forças de segurança O secretário de **Segurança Pública**, Jefferson Portela, em companhia dos outros membros da força de segurança divulgaram ontem o resultado das operações Coroadinho Seguro, Parque Seguro, Ribamar Seguro, Presidente Dutra Seguro e Munique, que foram realizadas durante estes últimos dias. Um total de 70 prisões foram realizadas e apreendidas oito armas de fogo, cinco veículos, R\$ 215 mil e drogas durante esses cercos policiais.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/09/29>

/

Mais de 70 presos em operações contra facções criminosas no Maranhão

As operações especiais da polícia do Maranhão contra quadrilhas e disputas entre facções criminosas já prenderam somente na grande ilha 52 pessoas na Ilha de São Luís . Quatro líderes de quadrilhas foram presos nessas operações. Em São José de Ribamar foram 22 presos, 20 no Parque Jair, seis no Coroadinho e mais quatro em operação contra homicidas. Além disso, em Presidente Dutra, foram presas 18 pessoas. O secretário de **Segurança Pública** do Maranhão, Jefferson Portela, afirmou que a ordem é manter as operações na capital e nas cidades vizinhas. PG 9

Site:

https://banca.oimparcial.com.br/?_ga=2.160181173.960764260.1600341825-278424742.1600341825

70 presos em operações de segurança no estado

WALBER OLIVEIRA

Na tarde de ontem, segunda-feira (28), a Secretaria de **Segurança Pública** do Maranhão (SSP MA) apresentou os resultados das operações policiais realizadas nos últimos dias no Maranhão.

Estas operações têm o objetivo de combater as facções criminosas e reprimir os crimes que estão ocorrendo na região metropolitana de São Luís.

De acordo com o secretário de **Segurança Pública**, Jefferson Portela, houve uma coincidência de mortes no dia 24, última quinta-feira. Das 11 mortes registradas na capital maranhense, quatro foram relacionadas a confronto de facções criminosas, sendo as outras 7 mortes causadas por motivos interpessoais.

Ao total, desde o dia 18 foram 15 homicídios registrados, sendo 7 deles provenientes de confronto de facções.

Ainda segundo o secretário, a coincidência dos homicídios gerou pânico na cidade, cuja interpretação dos cidadãos foi de que todas as mortes registradas tinham relação com confrontos de facções.

De acordo com o Delegado Geral da Polícia Civil, Armando Pacheco, apesar das mortes, é um número considerado "previsto" dentre as estatísticas sobre facções.

Ao todo, as operações somam 70 presos, 8 armas de fogo, drogas e R\$ 215 mil, além de veículos e bens.

Com os recentes e frequentes casos de crimes, a Polícia Civil, juntamente com a Polícia Militar, promoveu operações integradas no Maranhão.

De acordo com o Comandante da Polícia Militar, Coronel Pedro Ribeiro, as ações da polícia estão sendo otimizadas para diminuir o tempo de resposta ao crime, como exemplo as nove prisões que ocorreram neste domingo (27), na avenida litorânea, após uma execução entre membros de duas facções.

Operação Ilha Segura

Em razão dos recentes crimes violentos registrados na

cidade de São Luís, a Polícia iniciou a Operação Ilha Segura, onde haverá intensa atividade policial, com reforço de profissionais do interior do Maranhão, aluguel de mais veículos para a polícia e atividade voluntária remunerada de policiais em seus dias de folga.

Ainda não há um balanço oficial dos dados da operação recém iniciada.

O secretário da SSP garantiu que haverá atividade ininterrupta e que a operação não tem data para encerrar até segunda ordem.

Junto com a operação, também foi falado sobre as medidas para a segurança nos coletivos, como o policiamento motorizado de motocicletas, barreiras policiais, policiamento em viaturas e intervenções isoladas.

Resultados das operações

Parque Seguro -18 de setembro de 2020:20 presos, drogas e munições .40.

Operação Coroadinho Seguro - 21 a 24 de setembro de 2020:6 presos.

Operação Ribamar Seguro - 24 de setembro de 2020:22 presos, um rifle calibre .44 e duas escopetas calibre 12.

Operação Presidente Dutra Seguro - 24 e 25 de setembro de 2020:18 presos, R\$ 215 mil, apreensão de 5 veículos e 4 armas de fogo.

Operação Munique (Prisão de homicídios) - 25 de setembro de 2020: 4 presos e uma arma de fogo.

Site:

https://banca.oimparcial.com.br/?_ga=2.160181173.960764260.1600341825-278424742.1600341825

SSP mostra os resultados das operações realizadas nos últimos dias no MA

Na tarde desta segunda-feira (28), a Secretaria de **Segurança Pública** do Maranhão (SSP MA) apresentou os resultados das operações policiais realizadas nos últimos dias no Maranhão. Estas operações têm o objetivo de combater as facções criminosas e reprimir os crimes que estão ocorrendo na região.

De acordo com o Secretário de **Segurança Pública**, Jefferson Portela, houve uma coincidência de mortes no dia 24, quinta-feira. Das 11 mortes registradas na capital maranhense, 4 eram foram relacionadas a confronto de facções criminosas, sendo as outras 7 mortes causadas por motivos interpessoais.

Ao total, desde o dia 18 foram 15 homicídios registrados, sendo 7 deles provenientes de confronto de facções.

Ainda segundo o Secretário, a coincidência dos homicídios gerou pânico na cidade, cuja interpretação dos cidadãos foi de que todas as mortes registradas tinham relação com confrontos de facções.

De acordo com o Delegado Geral da Polícia Civil, Armando Pacheco, apesar das mortes, é um número considerado "previsto" dentre as estatísticas sobre facções. Ao todo, as operações somam 70 presos, 8 armas de fogo, drogas e R\$ 215 mil, além de veículos e bens.

Com os recentes e frequentes casos de crimes, a Polícia Civil, juntamente com a Polícia Militar, promoveu operações integradas no Maranhão. De acordo com o Comandante da Polícia Militar, Coronel Pedro Ribeiro, as ações da polícia estão sendo otimizadas para diminuir o tempo de resposta ao crime, como exemplo as 9 prisões que ocorreram neste domingo (27), na avenida litorânea, após uma execução entre membros de duas facções.

Operação Ilha Segura

Em razão dos recentes crimes violentos registrados na cidade de São Luís, a Polícia iniciou a Operação Ilha Segura, onde haverá intensa atividade policial, com reforço de profissionais do interior do Maranhão, aluguel de mais veículos para a polícia e atividade voluntária remunerada de policiais em seus dias de

folga.

Ainda não há um balanço oficial dos dados da operação recém iniciada no dia 25. O secretário da SSP garantiu que haverá atividade ininterrupta e que a operação não tem data para encerrar até segunda ordem. Junto com a operação, também foi falado sobre as medidas para a segurança nos coletivos, como o policiamento motorizado de motocicletas, barreiras policiais, policiamento em viaturas e intervenções isoladas.

Resultados das operações

18 de setembro de 2020: 20 presos, drogas e munições .40.

21 a 24 de setembro de 2020: 6 presos.

24 de setembro de 2020: 22 presos, um rifle calibre .44 e duas escopetas calibre 12.

24 e 25 de setembro de 2020: 18 presos, R\$ 215 mil, apreensão de 5 veículos e 4 armas de fogo.

25 de setembro de 2020: 4 presos e uma arma de fogo.

Fonte: O Imparcial

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/808408/ssp-mostra-os-resultados-das-operacoes-realizadas-nos-ultimos-dias-no-ma>

Vitória do Mearim: Candidatura de Dóris Rios é impugnada

A coligação Unidos por Vitória, liderada pelo candidato do PL, Nato da Nordestina, acaba de ingressar com uma ação de impugnação de candidatura contra a ex-prefeita Dóris Rios, do PDT.

Os advogados de Nato alegaram que a ex-prefeita teve diversas condenações no Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e que por isso ela estaria inelegível.

Eles anexaram diversos acórdãos do TCE e sugeriram diversas irregularidades e pediram ao juiz que negue o registro de candidatura de Dóris Rios.

Agora, o juiz deve analisar e abrir prazos para defesa e parecer do **Ministério Público** para, então decidir sobre a questão. Vejam, na íntegra, a ação que pede o indeferimento do registro de candidatura.

Blog do Jailson Mendes

Site: <http://diegoemir.com/2020/09/vitoria-do-mearim-candidatura-de-doris-rios-e-impugnada/>

Justiça dá 30 dias para Erivelton Neves divulgar informações sobre uso de royalties (Economia)

Yuri Almeida

O juiz Mazurkiévicz Saraiva de Sousa Cruz, de comarca de Carolina, abriu o prazo de 30 dias úteis, a contar da data de intimação, para o prefeito do município, Erivelton Neves Teixeira, divulgar informações sobre o gasto dos royalties recebidos da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE/Estreito), pagos mensalmente à prefeitura pelo direito de uso da água do Rio Tocantins.

A decisão foi proferida nessa segunda-feira 28, em caráter liminar, em resposta a uma ação de improbidade do **Ministério Público** do Maranhão, que solicitou também a indisponibilidade de bens do gestor no valor de R\$ 590 mil e sua condenação ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 200 mil.

Sobre esses dois outros pedidos, o magistrado decidiu, por ora, indeferir.

De acordo com a determinação, a divulgação sobre o uso do dinheiro deverá ser mensal, em meios públicos, da contabilidade simplificada referente aos gastos do dinheiro recebido da UHE/Estreito. A decisão teve por base a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a LAI (Lei de Acesso a Informação), respectivamente, que assegura a transparência da gestão fiscal e garante o direito de acesso à informação a qualquer cidadão.

Em caso de descumprimento, foi arbitrado uma multa diária no valor de R\$ 1 mil, limitada a 15 dias, a ser aplicada em caráter pessoal ao prefeito Erivelton Neves, e revertida ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos e Coletivos.

Site: <https://atual7.com/economia/2020/09/justica-da-30-dias-para-erivelton-neves-divulgar-informacoes-sobre-uso-de-royalties/>

Operação da Segurança Pública realiza abordagens e prisão

Mais de 50 pessoas detidas e várias armas apreendidas é o saldo da operação da **Segurança Pública**, que vem sendo executada desde a última sexta-feira. Neste domingo (27), os policiais estiveram em bairros da área sul da Grande Ilha. Vicente Fialho é um dos que estão na lista e onde recentemente uma facção elegeu novo líder - morto por grupo rival na tarde de domingo. Os policiais abordaram pessoas, vistoriaram veículos e fiscalizaram pontos suspeitos. A operação é por tempo indeterminado.

O secretário de Estado de **Segurança Pública** (SSP-MA), Jefferson Portela, acompanhou a ação das equipes. "Estamos com os comandos integrados, fiscalizando e desenvolvendo ações de controle em toda a Região Metropolitana de São Luís, verificando os grupamentos posicionados e o policiamento nos locais previamente determinados. Havendo situações, prendemos quem se encontre em flagrante delito", destacou Portela.

Os grupamentos são formados pelos dirigentes do sistema de Segurança, comandos gerais, dirigentes de área e coordenadores, que deixam momentaneamente as funções administrativas para fazer o policiamento externo. "É gestão e também, um trabalho de repressão para retirar das ruas aqueles que queiram ter práticas antissociais". enfatiza o titular da SSP-MA.

Desde o primeiro dia da operação, na sexta-feira (25), são mais de 50 presos, e diversas armas apreendidas. "É uma jornada positiva, pois retiramos alguns envolvidos com ações violentas. Todos autuados e encaminhados ao sistema prisional do Estado. Esse é o comando do Governo do Estado e o sistema de Segurança vai cumprir com rigor, para garantir a paz e a tranquilidade social na região", conclui Jefferson Portela.

A mega operação se concentra na fiscalização de veículos - ônibus, carros de pequeno e grande porte, motos - além de abordagens a pessoas e vistorias na busca por drogas e armas. A ação policial reúne várias outras já desenvolvidas na atividade regular da Polícia Militar. Entre estas, Ilha Segura, Cerco Total, Catraca, Saturação, Inquietação, Duas Rodas, que se concentram no combate ao crime nos bairros e grandes avenidas.

Site: <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/29092020>

MPMA requer condições adequadas de trabalho para delegacia de Cedral

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) encaminhou, em 28 de setembro, Recomendação ao secretário de Estado de **Segurança Pública**, Jeferson Portela, solicitando providências para dotar a Delegacia de Polícia de Cedral com condições adequadas de trabalho.

Os pedidos feitos pelo **promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos**, (que está respondendo temporariamente pela comarca) incluem a nomeação de delegado titular e servidores, a reforma da estrutura física e o fornecimento de equipamentos necessários à execução das atividades.

SEM CONDIÇÕES

Desde a aposentadoria do delegado anterior, Sérgio Luís Damasceno, o órgão policial não tem delegado titular porque que não houve a imediata designação de outro profissional. Assim, o delegado regional de Cururupu, Tiago Pinto, tem atuado cumulativamente na delegacia.

Além disso, existe somente um agente administrativo, cedido pelo Município, trabalhando em desvio de função, no auxílio em diligências investigativas, atividade que deve ser realizada por um delegado e um agente de Polícia Civil.

Entre as atividades executadas pelo agente administrativo estão lavratura de termos, autos e mandados; preparo, conclusão e remessa de procedimentos investigatórios; produção de expedientes e estatísticas das atividades cartorárias; organização do cartório, além de classificação de inquéritos, termos circunstanciados, mandados, precatórias e demais atos policiais etc.

ESTRUTURA

Sem prédio próprio, a delegacia também não possui viatura própria, o que leva ao uso indevido de veículos dos servidores. Faltam, ainda, materiais de expediente e mobília adequada.

A delegacia só tem três computadores. Não há registro eletrônico de Boletins de Ocorrência (B.Os), dificultando análise dos procedimentos em tramitação. A Delegacia de Cedral também não tem telefone fixo, o que atrasa a confecção de documentos e registros

policiais durante os atendimentos.

A estrutura física não permite condições adequadas aos servidores e presos. O teto tem infiltrações (prejudicando a integridade e autenticidade dos documentos), paredes rachadas, infestação de cupins, falta de local específico para guarda de bens apreendidos, armas e munições.

Sem qualquer controle, as substâncias entorpecentes apreendidas ficam espalhadas em salas, quintal e garagem. Há apenas um cômodo pequeno superlotado com acesso insalubre, em função da umidade excessiva e cupins.

As duas celas existentes não possuem sanitários adequados, têm instalação hidráulica defeituosa, causando infiltrações. Também faltam colchões e cobertores para os presos.

PEDIDOS

O **MPMA** requer a designação de um delegado titular e três agentes de Polícia Civil para execução de atividades e auxílio nas investigações.

Também solicita a disponibilização de dois computadores novos, com acesso à Internet, para as atividades e registro eletrônico de boletins de ocorrência; instalação de aparelho de telefone fixo, fornecimento colocação de cadeiras, mesas, armários, materiais de expediente e condições mínimas de trabalho.

Outro pedido é a reforma nas celas da cadeia, dos banheiros comuns, da estrutura das portas de madeira; conserto dos aparelhos de ar-condicionado e reparo das infiltrações no teto da delegacia.

Além de disponibilizar uma viatura, a Secretaria também deve viabilizar estrutura adequada para guarda e controle de armas e munições, além de bens e substâncias entorpecentes apreendidos.

O prazo para informar sobre o eventual acatamento da Recomendação é de 15 dias. A resposta deve ser enviada, por email, à Promotoria de Justiça de Cedral.

O descumprimento das medidas levará à tomada de medidas judiciais cabíveis pelo **MPMA**.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/09/29/mpma-requer-condicoes-adequadas-de-trabalho-para-delegacia-de-cedral/>

MPT propõe ao MP-MA atuação conjunta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes

São Luís - Em visita institucional realizada nesta segunda-feira, 28, a procuradora do Trabalho no Maranhão, Virginia de Azevedo Neves, apresentou ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e à corregedora-geral do MP-MA, Themis Pacheco, proposta de parceria institucional para fortalecer o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

A proposta prevê que as ações penais ajuizadas pelo **MPMA** e as sentenças condenatórias proferidas nos últimos dois anos sejam encaminhadas ao MPT para possível ajuizamento de dano moral coletivo contra os responsáveis.

O objetivo é ampliar a responsabilização mediante o ajuizamento de ações civis públicas e reclamações na Justiça do Trabalho, a partir de denúncias ou de condenações criminais. "Assim, podemos ampliar a proteção ao público infanto-juvenil, coibir essa prática e punir os criminosos. Buscamos uma reparação às vítimas e à sociedade, por meio de indenizações", afirmou Virginia Neves.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a "utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas", classificada como exploração sexual comercial, é uma das piores formas de trabalho infantil.

"O respeito ao princípio da prioridade absoluta de crianças é uma diretriz de nossa gestão. O **Ministério Público** do Maranhão está aberto para colaborar nesta parceria institucional a fim de ampliar a proteção integral ao público infanto-juvenil", destacou Eduardo Nicolau.

A opinião é compartilhada pelo **promotor de justiça** da Infância e Juventude de São Luís, Márcio Thadeu Silva Marques. "A prevenção e erradicação do trabalho infantil, especialmente em suas piores formas, deve ser um esforço coletivo para uma sociedade mais justa", ponderou

Themis Pacheco anunciou que a Corregedoria-Geral do **MPMA** vai analisar a proposta apresentada pelo

MPT e se manifestar sobre a parceria institucional. A ouvidora do **MPMA**, Maria Luiza Ribeiro Martins, igualmente participou da reunião.

Leia mais notícias em OEstadoMA.com e siga nossas páginas no Facebook, no Twitter e no Instagram. Envie informações à Redação do Jornal de O Estado por WhatsApp pelo telefone (98) 99209 2564.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/09/29/mpt-propoe-ao-mpma-atuacao-conjunta-contr-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes/>

SÃO LUÍS - Reunião de trabalho vai debater gerenciamento das instituições de acolhimento de idosos

Como parte da programação da Semana do Idoso, o **Ministério Público** do Maranhão promove, nesta terça-feira, 29, às 9h30, uma reunião de trabalho que terá como tema o "Gerenciamento de Riscos nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's)", a ser realizada no auditório da sede das Promotorias de Justiça da Capital, no Calhau.

Participarão da reunião o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e os titulares da 1ª e da 2ª Promotorias de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís, respectivamente, José Augusto Cutrim Gomes e Eliane Azor. Também foram convidados órgãos como o Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Defesa Civil, assim como as direções das próprias Instituições de Longa Permanência para Idosos, antigamente denominadas de asilos.

Na pauta do encontro, serão discutidas questões sobre a fiscalização das ILPIs, com enfoque na prevenção de riscos. Serão abordados ainda temas como a inscrição das instituições junto ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e a própria regularidade de funcionamento.

Segundo o **promotor de justiça** José Augusto Cutrim Gomes, a reunião vai buscar o entendimento entre todos os participantes a respeito do cumprimento das normas previstas no Estatuto do Idoso. "Vamos saber como estão os idosos, principalmente no que se refere à saúde deles; como são os protocolos de entrada; se eles estão com os vínculos familiares mantidos; qual é a situação financeira deles", informou.

O membro do **Ministério Público** acrescentou que também será observada a parte estrutural dos prédios, com o levantamento de informações sobre as condições de acessibilidade e mobilidade; se, em caso de incêndio, existem os pontos de fuga adequados e como os profissionais dessas instituições estão capacitados para lidar com os idosos abrigados.

De acordo com registros do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Maranhão (Cedima), em São Luís, existem atualmente sete ILPI's, que abrigam 107 idosos. São duas instituições governamentais, duas filantrópicas e três particulares.

ILPI's

Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania.

Em artigo das pesquisadoras Ana Amélia Camarano e Solange Kanso, publicado na Revista Brasileira de Estudos de População, em 2010, é esclarecido que a denominação Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) foi sugerida pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia como forma de expressar com mais fidelidade a ampliação das funções dessas casas.

"O envelhecimento da população e o aumento da sobrevivência de pessoas com redução da capacidade física, cognitiva e mental estão requerendo que os asilos deixem de fazer parte apenas da rede de assistência social e integrem a rede de assistência à saúde, ou seja, ofereçam algo mais que um abrigo", explicam as pesquisadoras.

PROGRAMAÇÃO

No período de 28 de setembro a 2 de outubro, está programada uma série de eventos em alusão à Semana do Idoso. No dia 1º de outubro, comemora-se o Dia Internacional do Idoso.

Veja a íntegra da programação organizada por instituições e órgãos vinculados à defesa dos **direitos dos idosos**:

Programação: 28 de setembro a 2 de outubro de 2020

Dia 28 de setembro

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Pessoa Idosa e as Eleições Municipais 2020

Convidados:

- Walquíria Alves - Ex-presidente do Conselho Estadual do Pará (Gestão 2009- 2011) e (Gestão 2016-2018)

- José Augusto Cutrim - **Promotor de justiça** titular da 16ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís

- Mediador: Glécio Sandro Leite Silva - Presidente do Cedima

- Organizador: Cedima

Dia 29 de setembro

Horário: 9h30

Atividade: presencial (respeitadas as orientações das medidas sanitárias)

Tema: Gerenciamento de risco nas ILPI's

Participantes: Convidados

Organizador: 16ª e 17ª Promotorias de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Sistema Prisional e a Pessoa Idosa

Convidados:

- Adriana Raquel - Assistente Social e Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a **Tortura** (MNPCT)

- Camila Portela - Supervisora de Ações para o Combate à **Tortura** de Secretaria de **Direitos Humanos** (Sedihpop)

- Mediador: Deborah Cartágenes - Conselheira Federal OAB/MA e vice-presidente do Cedima

- Organizador: Cedima

Dia 1º de outubro

Horário: 9h

Atividade: Evento presencial (respeitadas as orientações das medidas sanitárias)

Tema: "Valorizando quem Valoriza"

Participantes: Convidados

Organizador: Centro Integrado de Apoio e Prevenção a Violência contra a Pessoa Idosa /Defensoria Pública do Estado do Maranhão (CAPVI/DPE)

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (Estatuto do Idoso, Capítulo II)

Convidados:

- Francisco Gonçalves - secretário da Sedihpop

- Karla Giacomini - médica geriatra - coordenadora-geral da Frente Nacional de Apoio as ILPI's

- Mediador: Glécio Sandro Leite Silva - presidente do Cedima

- Organizador: Cedima e Sedihpop

Dia 2 de outubro

Horário: 17h

Atividade: Live

Tema: Pessoa Idosa: Depressão, Ansiedade e Suicídio em Tempos de Pandemia.

Convidados:

- Prof. João de Deus Cabral Junior Psicólogo do Centro de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa de São Luís (CAISI) e do Professor da UFMA.

- Yara Portela - Médica Geriatra da ILPI Solar do Outono e Professora da UFMA

- Mediador: Deborah Jatahy

Organizador: Cedima e Sedihpop

ILPI - Solar do Outono: programação interna de 28 de setembro a 02 de outubro

Site: <https://omaranhense.com/sao-luis-reuniao-de-trabalho-vai-debater-gerenciamento-das-instituicoes-de-acolhimento-de-idosos/>

MPMA transmitirá processos licitatórios pelo YouTube

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, assinou, na manhã desta segunda-feira, 28, um Ato Regulamentar que disciplina a transmissão via YouTube de todos os processos licitatórios no âmbito do **Ministério Público** do Maranhão. A iniciativa do **MPMA**, um dos primeiros a executá-la no Brasil, segue as restrições de publicidade impostas pela Lei 8666/93.

Ao assinar o ato, o procurador-geral ressaltou que a iniciativa busca dar cumprimento a um dos princípios da administração pública, que é a transparência. "O ato visa garantir a máxima efetividade do princípio da transparência nos processos internos, especialmente naqueles que envolvam contratações e aplicações de recursos públicos no âmbito do **MPMA**", explicou.

No Ato Regulamentar, ficou determinado que a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação deverá adotar as providências, junto à Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Procuradoria Geral de Justiça, para o cumprimento da medida.

A assinatura do Ato foi acompanhada pela ouvidora do **MPMA**, Maria Luiza Martins, pelo diretor da secretaria de Assuntos Institucionais em exercício, Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, pelo presidente e 1º tesoureiro da Associação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, Gilberto Câmara e Esdras Liberalino Soares Júnior.

Site: <https://omaranhense.com/mpma-transmitira-processos-licitatorios-pelo-youtube/>

Fribal integrou a rede do Bem com doações de cestas básicas

A FRIBAL, uma das empresas integrantes da Rede do Bem, fez a doação de 200 cestas básicas que foram entregues às diversas instituições filantrópicas cadastradas e apoiadas pela campanha Setembro Amarelo da Rede do Bem - Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e Suicídio, coordenado pelo **Ministério Público** Estadual.

A entrega das doações aconteceu na sede da AMPEM nessa última terça - feira (29.09) e marcou o encerramento da campanha que, sob a coordenação do **Ministério Público** Estadual, contou com a participação de mais de 50 empresas privadas e entidades públicas, que realizaram diversas ações educativas e assistenciais para conscientizar as populações mais vulneráveis sobre saúde mental e a prevenção de práticas como a automutilação e o suicídio.

A Fribal foi representada pela Diretora de Gestão de Gente Thalita Mandim, que fez a entrega formal das cestas básicas às entidades. Ela estava acompanhada de Wilma Oliveira, Supervisora de Gestão de Gente da empresa.

"A Fribal pratica, de forma muito consistente, ações de responsabilidade social empresarial, e essa foi mais uma doação importante que a empresa realizou. Ficamos muito felizes de ter feito a nossa parte nessa campanha tão importante para toda a sociedade que foi desenvolvida pelo **Ministério Público** e pela Rede do Bem. Juntos somos mais fortes e a Fribal acredita no poder do coletivo para transformar realidades", disse Thalita.

A Promotora de Justiça e Coordenadora do Fórum (FEPAS/MA) do **Ministério Público** Estadual Christiane Lago agradeceu a participação da Fribal que deu o exemplo de parceria a ser seguido por outras empresas privadas.

"Esse evento marcou a conclusão das atividades da Rede do Bem na campanha do Setembro Amarelo coordenado pelo **Ministério Público** Estadual. Esse repasse de doações que fizemos hoje às entidades filantrópicas carentes será muito importante para as pessoas em situação de vulnerabilidade que são assistidas por essas entidades. Agradecemos à Fribal e aos demais parceiros por nos ajudar a viabilizar essas doações. Ficamos muito felizes por essa

parceria. Nossa Legislações Estadual e Federal nos orientam que façamos parcerias com a iniciativa privada e a Fribal deu um lindo exemplo com essas doações", declarou a Promotora Christiane Lago.

Site: <https://omaranhense.com/fribal-integrou-a-rede-do-bem-com-doacoes-de-cestas-basicas/>

Vitória do Mearim: Candidatura de Dóris Rios é impugnada

A coligação Unidos por Vitória, liderada pelo candidato do PL, Nato da Nordestina, acaba de ingressar com uma ação de impugnação de candidatura contra a ex-prefeita Dóris Rios, do PDT.

Os advogados de Nato alegaram que a ex-prefeita teve diversas condenações no Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e que por isso ela estaria inelegível.

Eles anexaram diversos acórdãos do TCE e sugeriram diversas irregularidades e pediram ao juiz que negue o registro de candidatura de Dóris Rios.

Agora, o juiz deve analisar e abrir prazos para defesa e parecer do **Ministério Público** para, então decidir sobre a questão. Vejam, na íntegra, a ação que pede o indeferimento do registro de candidatura.

Blog do Jailson Mendes

Site: <http://diegoemir.com/2020/09/vitoria-do-mearim-candidatura-de-doris-rios-e-impugnada/>

SÃO LUÍS: MPT propõe ao MPM Aatuação conjunta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes

Eduardo Ericeira

Em visita institucional realizada nesta segunda-feira, 28, a procuradora do Trabalho no Maranhão, Virginia de Azevedo Neves, apresentou ao procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e à corregedora-geral do **MPMA**, Themis Pacheco, proposta de parceria institucional para fortalecer o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

A proposta prevê que as ações penais ajuizadas pelo **MPMA** e as sentenças condenatórias proferidas nos últimos dois anos sejam encaminhadas ao MPT para possível ajuizamento de dano moral coletivo contra os responsáveis.

O objetivo é ampliar a responsabilização mediante o ajuizamento de ações civis públicas e reclamações na Justiça do Trabalho, a partir de denúncias ou de condenações criminais. "Assim, podemos ampliar a proteção ao público infanto-juvenil, coibir essa prática e punir os criminosos. Buscamos uma reparação às vítimas e à sociedade, por meio de indenizações", afirmou Virginia Neves.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a "utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas", classificada como exploração sexual comercial, é uma das piores formas de trabalho infantil.

A opinião é compartilhada pelo **promotor de justiça** da Infância e Juventude de São Luís, Márcio Thadeu Silva Marques. "A prevenção e erradicação do trabalho infantil, especialmente em suas piores formas, deve ser um esforço coletivo para uma sociedade mais justa", ponderou.

Themis Pacheco anunciou que a Corregedoria-Geral do **MPMA** vai analisar a proposta apresentada pelo MPT e se manifestar sobre a parceria institucional. A ouvidora do **MPMA**, Maria Luiza Ribeiro Martins, igualmente participou da reunião.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/09/sao->

[luis-mpt-propoe-ao-mpm-aatuacao.html](#)